

Informação de qualidade amplia acesso ao Papanicolau e fortalece o rastreamento do câncer de colo do útero

O Brasil deve registrar cerca de 17 mil novos casos de câncer de colo do útero em 2025, segundo estimativa do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Diante desse cenário, ampliar o acesso à informação de qualidade é uma das estratégias mais eficazes para fortalecer o rastreamento da doença e aumentar a adesão ao exame de Papanicolau, principal ferramenta para identificar alterações celulares antes que elas venham a evoluir para câncer. Mesmo podendo causar desconforto, o exame segue como um aliado decisivo da saúde feminina e da redução de mortes evitáveis.

O câncer de colo do útero é considerado um dos tumores mais evitáveis da Oncologia. A principal razão é a existência de métodos eficazes de prevenção e diagnóstico precoce, como a vacinação contra o papilomavírus humano (HPV) e o rastreamento periódico até então, por meio do Papanicolau. Ainda assim, a doença permanece entre as principais causas de adoecimento e morte entre mulheres no país, evidenciando que o desafio não está na ausência de recursos, mas na dificuldade de acesso, na desinformação e na baixa adesão às estratégias preventivas.

O exame de Papanicolau é indicado para o rastreamento do câncer de colo do útero e deve ser realizado regularmente por mulheres entre 25 e 65 anos. O procedimento consiste na coleta de células do colo do útero com o auxílio de um espécuro, permitindo avaliar a saúde do colo uterino e identificar alterações celulares ainda em estágios iniciais.

Apesar de simples e amplamente disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), o exame de rastreamento do câncer de colo de útero ainda é cercado por receios. O desconforto durante a coleta, experiências negativas em atendimentos anteriores e a falta de informação sobre a importância do exame contribuem para o afastamento de muitas mulheres do rastreamento regular. A cirurgiã oncológica Viviane Rezende de Oliveira, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO), explica que é fundamental reconhecer essas barreiras, mas sem minimizar o impacto do exame. “Eu entendo que o exame ginecológico e a coleta podem ser desafiadores e desconfortáveis, mas esse processo pode ser um divisor de águas na vida íntima de uma paciente”, afirma.

Segundo a especialista, mesmo com a incorporação de novas tecnologias, o “preventivo ginecológico” mantém seu papel central no rastreamento. “Em 2025, o rastreamento de câncer de colo de útero não deixou de ser uma prioridade”, destaca. A partir dele, é possível identificar lesões pré-cancerosas ou o câncer em estágios iniciais, tanto no colo do útero quanto na vagina, o que amplia as possibilidades de tratamento com menor agressividade e melhores resultados.

A importância do rastreamento está diretamente ligada à principal causa do câncer de colo do útero, que é a infecção persistente pelo HPV, vírus sexualmente transmissível e responsável por mais de 90% dos casos da doença. Embora algumas infecções a partir desses vírus possam ser eliminadas espontaneamente pelo organismo, não é possível prever, sem exames de rastreio e acompanhamento médico, quais casos irão regredir e quais poderão evoluir. Em uma parcela das mulheres, a infecção persiste de forma silenciosa, levando a alterações celulares progressivas que podem se transformar em câncer ao longo dos anos. Por isso, o rastreamento regular é fundamental, pois permite identificar lesões ainda em fases iniciais, antes do desenvolvimento da doença.

Novas tecnologias de rastreamento

Avanços recentes ampliaram ainda mais a capacidade do rastreamento. A citologia em meio líquido, uma técnica mais eficiente do que o Papanicolau, permite melhor preservação do material coletado e maior precisão na análise das células. Além disso, possibilita identificar o tipo de HPV presente na amostra. “A citologia em meio líquido é capaz de identificar qual tipo de HPV a pessoa tem, inclusive se ele é de alto risco para o desenvolvimento do câncer de colo do útero, ou então de baixo risco”, explica Viviane Rezende.

Essa informação tem impacto direto na condução clínica. “Todo o rastreio e todo o tratamento a ser indicado para a paciente depende dessa informação”, afirma a cirurgiã. Ao identificar subtipos de alto risco, é possível intensificar o acompanhamento e intervir precocemente, evitando que a doença avance para estágios que exigem tratamentos mais invasivos. “Assim, nós podemos rastrear a paciente de uma forma mais eficiente e identificar as lesões de uma forma inicial, evitando tratamentos mais agressivos”, completa.

A incorporação do exame molecular HPV-DNA ao SUS, em 2025, reforça essa estratégia ao permitir identificar a presença do vírus de alto risco antes mesmo do surgimento de lesões pré-cancerosas. Assim, haverá um processo de transição das solicitações de Papanicolau para citologia em meio líquido e pesquisa de

genotipagem DNA-HPV como prática clínica.

Importante ressaltar que o exame ginecológico é mais amplo que a coleta do preventivo e não há exame que os substitua.

Acesso desigual no país

Apesar desses avanços, o acesso ao rastreamento ainda é desigual no Brasil. Regiões com menor infraestrutura de saúde e maiores vulnerabilidades socioeconômicas, especialmente no Norte do país, concentram taxas mais elevadas de incidência e de mortalidade. A dificuldade de acesso ao Papanicolau, somada à baixa adesão à vacinação contra o HPV, contribui para manter o câncer de colo do útero como um problema relevante de saúde pública. “Estamos diante de um cenário em que é possível o combate e controle do câncer de colo de útero, mas a equação, que parece simples, torna-se muito complexa”, avalia Viviane Rezende.

A vacinação contra o HPV é outro pilar fundamental dessa estratégia. Disponível gratuitamente no SUS desde 2014, ela é recomendada para meninas e meninos entre 9 e 14 anos e apresenta eficácia próxima de 100% quando administrada antes do contato com o vírus. Em 2024, o Ministério da Saúde adotou o esquema de dose única, ampliando o potencial de adesão. Ainda assim, a cobertura vacinal permanece abaixo do ideal para alcançar a meta da Organização Mundial da Saúde de erradicar o câncer de colo do útero como problema de saúde pública até 2030.

Mesmo com a vacinação, o rastreamento segue indispensável. Mulheres vacinadas devem realizar o exame ginecológico regularmente seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde, já que a imunização não cobre todos os subtipos oncogênicos do HPV e não tem efeito terapêutico sobre infecções já existentes.

Os benefícios do diagnóstico precoce são expressivos. Dados do INCA indicam que as taxas de sobrevida em cinco anos podem ultrapassar 90% quando a doença é identificada em estágios iniciais. Nesses casos, a cirurgia associada ao acompanhamento adequado oferece altas chances de cura, com menor impacto físico e emocional. Radioterapia e quimioterapia também fazem parte do arsenal terapêutico, sempre indicadas de forma individualizada.

O compromisso com a prevenção também se reflete dentro da própria cirurgia oncológica. Atualmente, uma em cada quatro pessoas associadas à Sociedade

Brasileira de Cirurgia Oncológica é mulher, profissionais que, com seus exames em dia, reforçam, na prática, a importância do cuidado preventivo e da realização regular do Papanicolau, atuando como referência para pacientes e para a sociedade. Viviane Rezende conclui reforçando que outros exames, que também podem ser desconfortáveis, são essenciais para o rastreio de câncer, entre eles a mamografia, a colonoscopia e o exame de toque, todos essenciais para o diagnóstico precoce e para o aumento das chances de cura. “Se você ainda não fez, procure um especialista. A informação é poder. Proteja-se, previna-se. Esse é um bem que você pode fazer à sua saúde”.

<https://medicinas.com.br/papanicolau-cancer/>

Veículo: Online -> Site -> Site Medicina S/A - São Paulo/SP